

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África

Myrtô da Silva Cunha

**A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA E SUA
APLICABILIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR:
Atividades lúdicas como forma de ensinar e divertir**

Rio de Janeiro
2020



Myrtô da Silva Cunha

**A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA E SUA APLICABILIDADE NO COTIDIANO
ESCOLAR:**

Atividades lúdicas como forma de ensinar e divertir

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Professor Me. Alex Sandro Barcelos Côrtes.

Rio de Janeiro

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C972 Cunha, Myrtô da Silva

A religião de matriz africana e sua aplicabilidade no cotidiano escolar:
Atividades lúdicas como forma de ensinar e divertir / Myrtô da Silva
Cunha. - Rio de Janeiro, 2020.

53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de
História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Alex Sandro Barcelos Côrtes.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Religiões africanas. 3.
Candomblé. 4. Intolerância religiosa. I. Côrtes, Alex Sandro Barcelos. II.
Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

2020

Myrtô da Silva Cunha

**A RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA E SUA APLICABILIDADE NO COTIDIANO
ESCOLAR:**

Atividades lúdicas como forma de ensinar e divertir

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: ____/____/____.

Professor Me. Alex Sandro Barcelos Cortes. (Orientador)
Colégio Pedro II

Dra. Suellen Júlio
Colégio Pedro II

Professora Me. Moema Ribeiro da Silva
E.M. Marechal Mascarenhas de Moraes

À minha mãe, que dedicou seus melhores anos de vida à minha criação, e à minha filha Ísis, que é a razão pela qual eu levanto todas as manhãs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Alex Sandro Barcelos Côrtes, que muito me ajudou na confecção deste trabalho; ao Edson Filho, meu amigo e guia espiritual que muito ajudou com ideias para a realização do meu produto final, ajudando com uma visão religiosa sobre o tema; à minha prima Juliana Acioli de Abreu, que me apresentou ao Johny Alan de Sousa e sua esposa Edmar Campos da Silva, todos jogadores assíduos de jogos de tabuleiro, com quem tive ideias e inspiração para produzir este TCC; Ao Toni Santos, amigo virtual e Designer, que fez toda a arte do projeto; aos meus professores do Colégio Pedro II que me passaram o conhecimento necessário para a escrita do presente trabalho; à professora doutora Suellen Júlio que gentilmente aceitou participar da minha banca de pós – graduação, à professora e Mestre Moema Ribeiro da Silva, amiga e profissional competente que também aceitou compor minha banca e que, com certeza, me ajudará a pôr esse e outros projetos em prática.

“Se alguém por mim perguntar diga que só vou voltar quando eu me encontrar...”¹

Cartola

¹ PRECISO ME ENCONTRAR. Compositor: Candeia. Intérprete: Cartola. LP: Cartola, 1976.

RESUMO

CUNHA, Myrtô da Silva. **A religião de matriz africana e sua aplicabilidade no cotidiano escolar**: Atividades lúdicas como forma de ensinar e divertir. 2020. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Este trabalho pretende aplicar a lei 10639/2003 através da criação e uso de uma atividade lúdica sobre as religiões de matriz africanas existentes no Brasil, através de um jogo pedagógico chamado “Oló”, desenvolvido especificamente para atividades em sala de aula, de forma a ensinar sobre a mitologia Ioruba, com o objetivo de abrir debate e reflexão sobre a intolerância religiosa, além de valorizar a contribuição cultural dos africanos para a construção da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação. Intolerância religiosa. Candomblé.

ABSTRACT

CUNHA, Myrtô da Silva. **The religion of African origin and its applicability in the school routine:** Playful activities as a way of teaching and entertaining. 2020. 57 f. Course Conclusion Paper (Specialization in African History Teaching) - Colégio Pedro II, Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Rio de Janeiro, 2020.

This work intends to apply the law 10639/2003 through a pedagogical playful activity on the African religions of the Brazilian matrix, through a pedagogical game developed specifically for classroom activities, to teach about Yoruba mythology, with the purpose of opening debate and reflection on religious intolerance, in addition to valuing the cultural contribution of Africans to the construction of Brazilian society.

Keywords: Education. Religious intolerance. Candomblé.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivos Gerais.....	14
2.2. Objetivos Específicos.....	14
3. JUSTIFICATIVA.....	15
4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS ACADÊMICO.....	17
4.1. Breves Apontamentos Sobre o Ensino de História no Brasil.....	17
4.2. Dados Sobre Intolerância Religiosa nas Escolas.....	20
4.3. Contextualização histórica.....	22
4.3.1. Ife.....	23
4.3.2. Benin.....	24
4.3.3. Abomé.....	25
4.3.4. Nupe.....	26
4.3.5. Igbo-Ikwu.....	26
4.4. Referenciais Mitológicos.....	27
4.4.1. A Mitologia Ioruba – Início.....	29
4.4.2. Os Orixás: Culto e Características.....	31
4.4.3. Uma Visão Religiosa do Culto.....	37
5. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	40
5.1. Métodos utilizados na produção da atividade.....	40
5.2. Fontes.....	41
5.3. Apresentação do trabalho ao público-alvo.....	42
6. ESTUDO DE CASO.....	43
6.1. Fundamentação da Atividade – Introdução.....	43
6.2. O Livro Didático – Breve Análise de Material.....	43
6.3. Explicando o Jogo – “OLÓ”.....	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

O ambiente escolar brasileiro é um local de dúvidas e incertezas para crianças que fazem parte de uma religião diferente das que predominam no Brasil, sobretudo para as crianças do Candomblé. É na escola que os preconceitos e a intolerância religiosa acontecem com mais frequência. Mesmo em um país laico, muitas vezes a iniciativa parte do próprio corpo docente, portanto, é necessário que esse assunto seja discutido em ambiente escolar.

O preconceito tem sua fonte no racismo estrutural e velado que rege nossas instituições. Este racismo, que começa desde o advento da escravidão, se perpetua nos dias atuais sem que atitudes efetivas sejam tomadas e o apreço pela liberdade de expressão e religiosa dos alunos fica a cargo de poucos professores, pois o ambiente escolar ainda é local de proliferação de discursos religiosos excludentes e escolha de conteúdos e metodologias que reforçam o preconceito.

Pensando nisso, proponho uma atividade elaborada como alternativa à grade curricular que prioriza a história e cultura do continente Europeu em detrimento dos demais, sobretudo do continente africano, que na maioria das vezes, aparece nos conteúdos da educação básica apenas quando se quer estudar a escravidão ou as guerras civis do século XX. A cultura e a história milenar são quase sempre ofuscadas em razão de conflitos e problemas, ou pior, o material didático trata do tema atrelando e subordinando a história da África à história do continente europeu.

Somos uma nação que tem enorme herança africana, tanto no idioma quanto nos costumes, cultura, religião etc., e é extremamente preocupante o fato de quase nada disso ser trabalhado nas escolas.

Aproveitando as discussões metodológicas do fim do século XX e começo do XXI sobre ensino de História e suas estratégias e de acordo com os objetivos – encontrados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – (MEC/SEF, 1988) de criar uma sociedade democrática e que dialogue com a pluralidade de indivíduos, o presente texto trata da elaboração de um jogo de tabuleiro onde o público é composto por estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio.

Chamado de “Oló” (que significa “ir embora” no idioma Iorubá), a atividade traz o mapa da África do século XII como referência para que a brincadeira em forma de atividade seja iniciada. O objetivo do jogo está em conformidade com a história dos povos Iorubás e há também cartas onde se encontram mitos de cada orixá presente na religião de matriz africana que se difundiu no Brasil.

A atividade em si pode não dar conta de tratar de tantas questões sociológicas, sociais e políticas, os alunos também podem não perceber a totalidade dos objetivos esperados com a elaboração do jogo, mas certamente haverá troca de conhecimentos entre eles e deles com seus professores e, assim, o conhecimento se torna uma ferramenta de evolução e transformação da sociedade.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Fomentar o debate sobre religiosidade de matriz africana para desestimular a intolerância religiosa, apresentando um olhar sobre a contribuição africana para a construção da sociedade brasileira.

2.2. Objetivos Específicos

Aplicar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN de História, em relação ao uso de fontes e metodologias variadas, tais como as mencionadas na p. 77: “desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos etc.) e confrontar dados e abordagens”;

Aplicar a lei 10.639, no que diz respeito à obrigatoriedade de ensino de História da África como forma de legitimar a contribuição dos negros para a construção da sociedade brasileira;

Ensinar sobre religiosidade de matriz africana para que o aluno compreenda mais sobre a mitologia africana;

Combater e diminuir o preconceito e discriminação no ambiente escolar.

3. JUSTIFICATIVA

A ideia deste presente trabalho me acompanha desde o momento da inscrição para fazer o curso de pós-graduação em Ensino de História da África no Colégio Pedro II – RJ. No dia da entrevista eu já tinha uma ideia do que faria como trabalho de conclusão de curso. Esse desejo surgiu quando eu ainda era uma estagiária de Bacharelado, realizando um estágio remunerado, mas não obrigatório², para o Município do Rio de Janeiro. Trabalhei na Escola Municipal Marechal Mascarenhas de Moraes, mesma local onde cursei meu Ensino Fundamental II, no bairro do Caju, zona portuária.

Na escola citada, em um dado momento decidi discutir sobre religiosidade de matriz africana, porém, no decorrer da atividade tive extrema dificuldade, pois os alunos se recusaram a ouvir o que eu falava e principalmente, se recusaram a escrever em seus cadernos nomes e termos típicos da religião de matriz africana alegando que tudo aquilo era coisa do “diabo”.

Na mesma escola eu presenciei em alguns momentos o uso da religião como pano de fundo dos acontecimentos. Um desses momentos foi quando a diretora organizava as turmas no hall de entrada do colégio para fazer orações antes das aulas. Na mesma escola, alguns anos depois, havia outra diretora na escola que não gostava de um professor específico por ele ser ateu, inclusive ela lançava faltas desse professor mesmo quando ele entregava atestado médico.

Em outro momento de minha trajetória profissional, dei aulas por tempo determinado em uma escola filantrópica de base religiosa, nela havia um clima de tolerância, coletivismo e religiosidade, com pessoas se cumprimentando com saudações religiosas como norma de convivência. Além disso, a oração “Pai-nosso” era pronunciada todos os dias antes das aulas. Porém, apesar do clima de ecumenismo, somente 2 (duas) religiões eram acolhidas abertamente: a católica e a evangélica. Nenhuma outra religião ou ensinamento filosófico era praticado ou comentado. O conteúdo das apostilas, mais que aos outros conteúdos, dava demasiada atenção à história dos hebreus e enfatizava suas contribuições para a origem da

2. Os estágios obrigatórios não são remunerados, os estágios Não obrigatórios podem ser remunerados, como o estágio que fiz na Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro. Havia um projeto para escola de período integral onde estudantes do Ensino Superior eram contratados para dar aulas, suprimindo falta de professores, pois as escolas de período integral não podem liberar alunos antes do horário.

religião cristã. Além disso, era utilizada uma narrativa gentil, dando ênfase a passagens bíblicas em detrimento de estudos com embasamento histórico.

Na disciplina Filosofia, os alunos tinham aulas com duas professoras aposentadas, porém escolhidas pela direção no grupo religioso ao qual a escola pertence, sem que a formação acadêmica delas fosse levada em consideração.

Essas experiências me fizeram problematizar melhor o exercício da minha profissão, além de observar com mais cuidado o corpo docente dos lugares onde trabalho, me permitindo refletir sobre a ética em sala de aula.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS ACADÊMICOS

4.1. Breves Apontamentos Sobre o ensino de História no Brasil

Há ainda no Brasil um preconceito grande em relação às religiões de matriz africana, vivido na pele por mim em sala de aula, mas também encontrado no próprio histórico de como o ensino de História foi tratado no Brasil e serviu para a construção de um ensino segregador e preconceituoso pois, como aponta os Parâmetros Curriculares Nacionais de História para o Ensino Fundamental:

De modo geral, o ensino de História pode ser caracterizado a partir de dois grandes momentos. O primeiro teve início na primeira metade do século XIX, com a introdução da área no currículo escolar. Após a Independência, com a preocupação de criar uma genealogia da nação, elaborou-se uma história nacional, baseada em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos. O segundo momento ocorreu a partir das décadas de 30 e 40 deste século (XX), orientado por uma política nacionalista e desenvolvimentista. O Estado também passou a realizar uma intervenção mais normativa na educação e foram criadas as faculdades de filosofia no Brasil, formando pesquisadores e professores, consolidando-se uma produção de conhecimento científico e cultural mais autônoma no país. (MEC/SEF, 1988, p.19).

Como vimos no trecho acima, o ensino de História sempre se orientou por uma matriz europeia, privilegiando o legado do colonizador como parte fundamental da construção de sociedade brasileira, como vemos no próximo trecho dos mesmos PCNs:

A História como área escolar obrigatória surgiu com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, dentro de um programa inspirado no modelo francês. Predominavam os estudos literários voltados para um ensino clássico e humanístico e destinados à formação de cidadãos proprietários e escravistas. (BRASIL, 1988, p.19).

Assim constata-se que apesar de a disciplina História ser importante para a construção do ideal de cidadania, a escola básica brasileira quase sempre privilegiou a história contada por europeus, aqueles que vieram dominar e catequizar. Dando ênfase a formação moral do aluno (, BRASIL, 1998. p. 19), a educação usou conceitos religiosos, seja como parte acessória ou principal dos currículos, mas enfatizando os preceitos cristãos, assim: “Os

objetivos da inserção da História do Brasil no currículo estavam voltados para a constituição da ideia de Estado Nacional laico, mas articulado à Igreja Católica” (PCN, 1998, p.20).

Mesmo após o afastamento constitucional entre igreja e ensino, o protagonista passou a ser o Estado, que enfatizaria o culto a personalidades, adotando como referência o currículo francês (PCN, 1998, p. 20), o modelo de currículo ainda não privilegiava pluralidade nacional.

A partir daí

A moral religiosa foi absorvida pelo civismo, orientando a ideia de que os conteúdos da História Pátria não deveriam ficar restritos ao âmbito específico da sala de aula. Práticas e rituais cívicos, como festas, desfiles, eventos comemorativos e celebrações de culto aos símbolos da Pátria, foram desenvolvidos para envolver o conjunto da escola e estabelecer o ritmo do cotidiano escolar. Esperava-se que o estudante recebesse uma formação moral cristã atrelada a uma consciência patriótica, sustentada na ideologia da ciência, do progresso e da ordem. (PCN, 1998, p. 21).

Durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964 a carga horária das aulas de História e Geografia foram reduzidas e o ensino passou a ser mais tecnicista. (PCN, 1998, p. 25.) Somente após o fim da ditadura militar e a abertura política foi possível novos debates educacionais em relação a currículos e metodologias, atrelados a direitos universais promulgados com a Constituição de 1988. É que:

O Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas. (, (BRASIL, 2004, p. 7)

O trecho acima afirma que mesmo após mudanças nas políticas sociais e nos currículos escolares, o ensino para negros ainda reproduz a desigualdade e segregação social a qual foram submetidos desde o início da nação brasileira.

A promulgação da LDB³ em 1996 e mais tarde, em 2003, a Lei 10.639 complementada em 2008 pela Lei 11645, que alteraram a LDB tornando obrigatórios os ensinamentos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares,

3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

estabelecendo diretrizes e “políticas afirmativas de forma democrática” (DIRETRIZES E BASES, 2004, p. 8) a fim de “promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (DIRETRIZES E BASES, 2004, p. 8), além de garantir o acesso a fontes variadas da cultura nacional, disponibilizando seu acesso a todos e valorizando a contribuição das culturas afro-brasileira e indígena para a construção da identidade nacional.

Analisando os dados apresentados, aliados com minhas experiências e reflexões a cerca das metodologias utilizadas nas escolas, e às atitudes do corpo docente diante do “diferente”, quis elaborar uma atividade diferenciada que priorize os conteúdos pouco abordados nas escolas, seja por vontade consciente de deixar de fora temas que não casem com as ideologias e religiosidades dominantes, ou pela simples falta do desejo de buscar novas formas e novos caminhos.

A escolha por abordar o tema da religião africana se deu não só pela vontade de estimular o debate sobre intolerância, mas também pela necessidade pessoal de abordar um tema que fuja do clássico jeito de falar da África somente focando nas guerras civis, escravidão e pobreza.

A atividade foi pensada para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio pois: 1. As Leis 10.639/2003 e 11645/2008 abrangem obrigatoriamente os Ensinos Fundamental e Médio; 2. o ensino de História da África engloba assuntos abordados que fazem parte da grade curricular em todos os anos da Educação Básica, contribuindo para que os temas da religiosidade e da tolerância religiosa e quebra de preconceitos também sejam partes importantes a serem trabalhadas durante toda a trajetória escolar; 3. alunos do Fundamental II e Ensino Médio geralmente possuem uma maior capacidade de leitura de textos longos e complexos.

O presente trabalho é importante em dois momentos:

1) é uma forma de ensinar a história dos reinos africanos e mitologia Ioruba de modo lúdico, abordando conteúdos pouco trabalhados, pondo em prática as Leis 10.639/2003 e 11645/2008.

2. Ao apresentar a religiosidade de matriz africana, explicando e conhecendo seus elementos, o trabalho pode contribuir para a diminuição do preconceito religioso, minimizando os efeitos da intolerância religiosa.

4.2. Dados sobre intolerância religiosa nas escolas.

A intolerância religiosa ainda é uma realidade em nossa sociedade e também está presente no cotidiano escolar, como diz Stela Caputo em seu livro *Educação nos Terreiros: como a escola se relaciona com as crianças do Candomblé* (2012, p.200 – 224): as escolas são ambientes hostis para crianças e jovens que praticam o Candomblé ou Umbanda, algumas dessas crianças escondem sua religião não usando guias e afirmando serem católicas para evitar comentários, em uma tática chamada pela autora de “sincretismo” (CAPUTO, 2012, p. 200), pois a atitude de alguns professores ao identificar uma criança candomblecista em sala de aula é de espanto. As crianças têm medo de sofrer preconceito religioso e racial, pois atribuem o Candomblé a religião de negros (CAPUTO, 2012, p. 200).

A autora fez entrevistas com pessoas que praticam o Candomblé e com funcionários de escolas públicas, como professores e diretores, ela verificou algumas situações, tais como: Em algumas escolas onde a direção é católica, os alunos são obrigados a repetir orações; Há escolas onde há aulas de religião onde os professores dessas disciplinas são praticantes da religião que ensinam, onde uma parte é evangélica e outra é católica; os docentes não sabem ao certo o número de alunos adeptos ao Candomblé ou Umbanda, mas acreditam que as escolas estão divididas entre católicos e evangélicos; há muito desconhecimento, preconceito e discriminação por parte do corpo docente em relação a alunos que não são católicos ou evangélicos; Há professores que dão aulas em tom de catequese e conversão; as atividades diferentes onde são apresentados conteúdos e estratégias que privilegiam o multiculturalismo fica a cargo de poucos professores interessados que contam com pouco apoio ou mesmo nenhum; os conteúdos das aulas de religião não inclui todos os credos, como podemos ver na resposta de uma entrevista que a autora realizou no trecho a seguir:

“O que faço é selecionar o que há de comum entre a religião católica e a evangélica, que representam a maioria, e apresento em sala de aula”. Perguntei a esta professora (selecionada no concurso já apresentado) se ela tinha alunos do Candomblé ou de outra religião afrodescendente. Ela me disse que sim, mas que a estratégia utilizada em sala de aula passava por não abordar o Candomblé para não gerar polêmicas

entre os alunos. “Usando a Bíblia dá para achar pontos comuns entre e os católicos e evangélicos. Com os que praticam religiões como o candomblé não dá. Pode ser que um dia eu mude de estratégia, mas, por enquanto, essa foi a melhor que encontrei para evitar constrangimentos”, revela. (CAPUTO, 2012, p. 216)

Assim como em algumas das minhas experiências pedagógicas relatadas, é crescente no Brasil casos de intolerância religiosa em ambiente escolar, como aponta o trecho da notícia que consta no site da OAB (07 Dez. 2019.)⁴:

De acordo com dados do Disque 100, canal para denúncias de violação de direitos humanos criados em 2011 pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entre 2011 e 2017, houve um crescimento no relato de discriminação por motivo religioso no Brasil de 15 para 537. Nesse período, ainda de acordo com o canal, dos 59% do total de casos registrados eram referentes a religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé; 20% a religiões evangélicas; 11% a espíritas; 8% a católicos; e 2% a ateus.

Por esta razão, meu trabalho é pertinente uma vez que ensina sobre religiosidade e matriz africana, para que os alunos possam atingir um dos objetivos listados nos PCN, que é o seguinte:

As diferenças culturais, étnicas, etárias, religiosas, de costume, gênero e poder econômico, na perspectiva do fortalecimento de laços de identidade e reflexão crítica sobre as consequências históricas das atitudes de discriminação e segregação. (PCN, 1998. p.48)

A escolha de fazer um trabalho onde falarei de alguns reinos africanos antes do século XV se deve por ser este um período onde não há interferência europeia, portanto, é a época onde os mitos, que deram origem à religiosidade que conhecemos hoje no Brasil, foram formados.

4 Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/comissao-cria-canal-denuncias-casos-intolerancia-religiosa>.

4.3. Contextualização Histórica

Por se tratar de sociedades e culturas que fundam seus modos de transmissão de histórias e saberes na oralidade, grande parte dos nossos conhecimentos sobre a mitologia africana advém ou das pesquisas arqueológicas ou da utilização dos dispositivos da História Oral ou ainda por relatos de viajantes. Neste capítulo usei como fonte de inspiração a obra História Geral da África da UNESCO, além de escritos de Nei Lopes e Kabengele Munanga.

Os Ioruba são povos que viveram na Região do Rio Volta e baixo Níger, que hoje compreende as regiões da Nigéria, Daomé e Togo. Era uma região de pântanos de água doce e florestas pluviais, com todos os seus territórios se situando nas zonas de floresta, os Iorubas migraram para a savana. Essa migração aconteceu devido a procura de terras cultiváveis para expansão da agricultura e de técnicas aprimoradas do artesanato.

A floresta era o limite para a expansão e limitava os domínios das cidades, porém, havia trocas comerciais entre os povos da floresta e os povos da savana, com expansão por parte dos povos da savana em direção à floresta.

Ife seria a cidade mais antiga, segundo a tradição, sendo a cidade fundadora dos Iorubá, versão que combina com datação de carbono-14 das descobertas arqueológicas que confirmam ser Ife o lugar onde foram encontrados os vestígios mais antigos.

Há 3 grupos de dialetos que formam o povo Ioruba, são eles:

Ife, Ijesha e Ekite, na parte Central; Ondo, Owo, Ikare, Ilage, Ijebu o Sudeste; e Oyo, Osun, Ibadã e parte Setentrional de Egbá, império de Oyo (o menos antigo) formam a parte Noroeste.

Os Ioruba eram povos com uma monarquia divinizada, onde o líder político era também um líder religioso, chamado de Oni, representante das divindades e governante da comunidade. Não tinham unidade política e cada reino possuía suas leis e costumes, eram independentes entre si, mas possuíam unidade cultural, linguística, religiosa, histórica e territorial. (MUNANGA.2009 P. 64). Se trata de sociedades onde o poder não era centralizado, os clãs e linhagens coexistiam com independência e a autoridade do patriarca ou chefe do grupo de linhagem não era absoluta. (RYDER, 2010.p. 382.)

Havia duas formas de organização: a dispersa de ocupação, marcada pela presença de grupos de linhagens independentes e, as comunidades, formadas quando grupos de linhagens se juntavam a outros grupos vizinhos criando comunidades, aldeias e etc., visando autodefesa. (RYDER, 2010. p. 384).

De acordo com o autor Ryder (2010), as fontes orais contam que ODUDUWA era um desses líderes divinizados e responsável pela prosperidade da cidade de Ife (local onde o sistema político-religioso surgiu e de onde se espalhou). Diz-se que ele viveu entre os séculos VIII e XIII, mas não provas de sua existência.

Ainda segundo a mitologia passada oralmente através das gerações, o mito de criação do mundo diz que Oduduwa teria descido do céu com um pouco de terra e uma galinha, despejando a terra sobre o mar, assim a galinha espalhou a areia criando a Terra e ao povo Ioruba.

Ainda de acordo com a tradição oral, os netos de Oduduwa teriam dispersado e instituído a primeira geração de Estados Ioruba, são eles: Owo, Ketu, Benin, Ila, Sabe, Popa e Oyo.

Ife era sem dúvida a cidade mais importante da população Ioruba, formada por várias aldeias, onde cada líder da aldeia obedecia ao ONI e um conjunto de aldeias obedeciam ao OBÁ (chefe principal). A importância desta cidade era tanta que os chefes das sociedades Iorubas diziam-se ser descendentes de pessoas que vieram da cidade de Ife, sendo assim, fariam parte de uma mesma família divinizada, criando laços de ancestralidade.

Mesmo após seu declínio econômico e empobrecimento no século XVI quando perdeu seu poder econômico acarretando seu empobrecimento. Ife continuava a ter importância religiosa pois sabe-se que os chefes de outras aldeias iam até Ife para ter seus poderes confirmados pelo ONI.

O reino de Oio foi o mais poderoso dentre os reinos Iorubas entre os séculos XVII e XVIII devido a força militar organizada e apoiada por arqueiros a pé e cavalaria armada com lanças. O reino declinou no século XIX com a conquista pelos muçulmanos.

4. 3.1. Ife.

Ife era o ponto de ligação entre a zona da floresta e a bacia do Níger, berço da civilização Ioruba, era governada por um rei religioso chamado de ONI, OBÁ eram os chefes das cidades que eram descendentes de ODUDUWA. Havia ali grande produção artística com o domínio da metalurgia de bronze e latão.

Por volta do século XVI algo aconteceu que provocou seu declínio, a teoria mais provável é uma invasão estrangeira, pois os achados arqueológicos mais antigos datam do século XI ou são mais antigos e os mais recentes datam do século XVI. Observou-se que as técnicas de fabricação de cerâmica do século XI se perderam, fazendo surgir essa teoria de que alguma nação estrangeira tenha dominado o local, caso isso tenha acontecido realmente, quer dizer que a dinastia atual é a mesma que se estabeleceu lá no século XVI, onde se encontram na mesma localização e construíram as bases dos muros da cidade. (RYDER, 2010.p. 392).

4.3.2. Benin.

Foi uma cidade cujo rei era descendente de Oduduwa, chamado EWARE. De acordo com a lenda, os chefes de Benin pediram a Oduduwa (rei de Ife) um príncipe, ele então enviou o filho de Oronnyan. Segundo Ryder, “os poderes dos primeiros soberanos dessa dinastia de Ife eram limitados pelos poderes hereditários dos chefes autóctones, denominados uzama” (RYDER, 2010.p. 393). Há, portanto, a hipótese de que muitos reinos se inspiraram e /ou copiaram a organização política de Benin que previa um equilíbrio de poder entre os chefes dos grupos de linhagem e o rei pois, podemos encontrar formas de governo semelhantes a essa Oyo.

O quarto governante dessa dinastia mudou o jogo de forças depois de uma violenta luta armada contra os Uzama, ele cercou-se tão logo de uma corte grande corte e criou muitos cargos não hereditários, já no século XV, transformações sociais deram origem a uma autocracia, o reino em uma autocracia, fazendo surgir ali um reino. Uma hipótese (pouco aceita) atribui a Euware a transformação que resultou na consolidação de um reino pois ele que teria assassinado seu irmão mais novo para ficar com o trono, destruindo praticamente por completo a capital do reino. Porém, essa teoria não tem muita aceitação e a teoria mais aceitável para tamanha destruição e guerra é a de uma invasão estrangeira, sendo a história de luta entre dois irmãos pelo trono “tentativa de preservar a legitimidade indispensável à genealogia de uma dinastia que, em todos os outros pontos, nesse momento, já estava desacreditada”. (RYDER, 2010.p. 394.)

A cidade era bem próspera devido à atividade comercial, possuindo ruas embelezadas, era dividida em quarteirões separados por atividades especializadas. A estrutura social era

complexa e hierarquizada. Após a reconstrução da capital, seu nome foi rebatizado para Edo, que permanece até os dias atuais.

Benin foi uma cidade africana que estabeleceu relações mercantis e diplomáticas com os portugueses e outros países europeus no século XV, participando do comércio de escravos, ouro, marfim e pimenta em grande escala.

Euware fazia com que todos os seus súditos livres prestassem serviços no palácio durante um tempo pré-determinado e em postos mais baixos, ao fim deste tempo, eles voltavam para suas aldeias. O soberano também exigia que seus súditos fizessem Escarnificação⁵.

Sem dúvida Euware foi um grande estadista: instituiu direitos hereditários do primogênito ao trono, reforçou os poderes espirituais do soberano, expandiu seus territórios e conquistou aldeias vizinhas, como é o exemplo das populações Edo, parte dos Ibo e os iorubas da parte Oriental, das cidades de Akure e Owo.

A cidade entrou em declínio quando os ingleses quiseram implementar um protetorado ao final do século XIX, ao se depararem com resistência e depois da morte de um Cônsul, vingaram-se invadindo a capital e saqueando-a, levando inclusive todas as suas obras de arte.

4.3.3. Abomé.

Este reino está localizado onde hoje em dia está o atual Benin. Fundado no século XVII por Don Aklin, a partir do século XVIII houve ampliações das fronteiras depois de várias conquistas, além do controle do centro do tráfico negreiro de Ouidah em 1747. (MUNANGA. p.67.)

Possuía um exército bem forte e poderoso armado com fuzis, expandiram suas fronteiras e chagavam a fazer expedições com o objetivo de capturar prisioneiros para abastecer o mercado de escravos em expansão no continente africano.

Mesmo com a resistência de Oio, depois do declínio dos Iorubas, Abomé se livrou do domínio de Oio, então se seguiu a captura das populações iorubas indefesas para abastecer o tráfico negreiro.

⁵ “Aos súditos nascidos livres uma escarificação facial – que lhes conferia a qualidade de servidores do Oba” – para reforçar o laço pessoal que os unia ao soberano” (RYDER, 2010.p. 394.)

4.3.4. Nupe.

O povo Nupe expulsou os Iorubas de Oyo no início do século XVI, após mais ou menos 25 anos depois, os Oyo pegaram dos Nupe o culto a Egugun dos ancestrais.

Tsoede foi o fundador do reino Nupe no século XVI. Trazendo peças de Idah (capital de Igala) junto com ferreiros, que compartilharam seus conhecimentos das técnicas de cera perdida, fazendo da arte de Nupe algo singular, que se aproxima em beleza e técnica, das artes de Ife e Benin.

4.3.5. Igbo-Ikwu.

Essa sociedade já existia no século IX, o que nos faz afirmar com segurança que a cultura de Igbo é no mínimo dois séculos mais velha que a de Ife e Benin.

A arte desta sociedade é diferente das oriundas de Ife e Benin, porém, foram encontradas semelhanças suficientes para atestarmos a hipótese de que esta cultura é uma parte de uma mesma cultura com monarquia ritualística.

Parte significativa da arte africana se vale de técnicas de entalhamento em madeira, porém, objetos de ferro, latão e bronze foram encontrados em sítios arqueológicos feitos com a técnica de cera perdida⁶, sendo os objetos de latão e bronze fruto de um longo processo de evolução artística começado na época da idade do ferro. (RYDER, 2010.p. 398).

A arte de Ife e Benin tinham um caráter religioso, com esculturas representando os Oni (chefes religiosos). De acordo com as tradições, o Oba de Benin teria recebido do Oni um escultor muito habilidoso que ensinou aos artesãos os conhecimentos e técnicas necessárias para a moldagem do bronze, sendo assim, podemos afirmar que Ife é um dos pontos de origem da cultura, arte e religião que cultua a ancestralidade.

Quando os portugueses chegaram ao continente africano no século XV, as cidades mais importantes eram Ife e Benin. Lá eles encontraram reinos e cidades bem estruturados e

6. Cera perdida ou microfusão é um método de escultura de peças metálicas por moldagem. Consiste em fazer um modelo em cera que é revestido com refratário para formar um molde e então aquecido até a cera derreter e sair do molde. Na sequência, se derrama o metal líquido no molde vazio.

acostumados a atender as necessidades econômicas e de abastecimento de um mercado interno e externo.

A cidade de Oyo controlava grande parte do comércio pois se situava entre a floresta e a savana.

4.4. Referenciais Mitológicos.

Os mitos iorubas chegaram ao Brasil através de africanos escravizados, num processo que chamamos de “diáspora africana”⁷ aqui para a América, através dos praticantes das religiões dos Orixás no Brasil e em Cuba, esses mitos se espalharam. No Brasil começou na Bahia e depois se propagou para todo o país, onde sua maior expressão foi o candomblé. Em Cuba, a religião de matriz africana se chama “Santeria” que teve reflexos nos Estados Unidos, levada por imigrantes. Por muitos séculos os mitos foram transmitidos oralmente e somente no século XIX é que esses mitos começaram a ser compilados e escritos.

Um fato muito importante a ser levado em consideração também para a falta de fontes escritas no Brasil, é que a maioria dos donos e iniciados de terreiros era analfabeta (PRANDI, 2001. p. 25), por isso, era raro ter algo escrito sobre esses mitos e rituais. Numa época mais recente, os pesquisadores constatam a existência de cadernos que são mantidos em sigilo pelo povo de santo (PRANDI, p. 25) como forma de manter e preservar o conhecimento sobre os rituais para sua difusão.

Em 1928 surge um documento escrito, seria “um caderno contendo os mitos da arte oracular, um caderno compilado por Agenor Miranda Rocha, membro letrado de um dos terreiros da Bahia” (PRANDI, 2001. p. 25). Professor Agenor foi iniciado em 1912 no candomblé na Bahia aos 5 anos de idade e, em seu caderno, chamado Caminhos de Odu, estavam anotados os Odus⁸ e seus respectivos mitos, acompanhados de seus ebós⁹.

7 .A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso: 08 Jan.2020.

8. Capítulos oraculares do jogo de búzios. PRANDI, 2001. p. 28.

9 .Sacrifício, oferenda, despacho. PRANDI, 2001. p. 565.

A primeira vez em aparecerem mitos escritos foi em 1884, no livro do padre Baudin, porém o fotógrafo e etnólogo francês Pierre Verger, que foi iniciado no Candomblé como babalaô na África e adotou o Brasil como pátria, discorda de Baudin, afirmando que ele inventou alguns mitos.

O autor do livro *Mitologia dos Orixás*, Reginaldo Prandi, explica melhor sobre a autoria dos mitos escritos, sua compilação e sua contribuição para a difusão da mitologia africana no Brasil na passagem a seguir:

Mãe Aninha Obá Bii foi quem ditou o documento de 1928, do qual Professor Agenor fez e distribuiu muitas cópias ao longo dos anos, e que foi a fonte usada por Pierre Verger, Mestre Didi e Júlio Braga. Braga é bisneto de santo de Mãe Aninha, neto de santo de Mãe Senhora e, por conseguinte, parente do Professor Agenor e de Mestre Didi, filho de santo de Mãe Aninha, sendo assim todos eles membros da mesma família de santo, uma das mais importantes na manutenção do patrimônio cultural e religioso fundado na tradição herdada dos iorubás, família à qual se juntou Verger, na condição de filho espiritual de Mãe Senhora e titular do posto sacerdotal de Ojuobá, os Olhos de Xangô, no Axé Apô Afonjá de Salvador. (PRANDI, 2001 p.3001).

Foi na década de 1930 que houve um interesse maior pelo registro desses mitos dos orixás por escritores e cientistas sociais, porém, o caderno escrito em 1928 por Professor Agenor sempre foi referência para as obras nas décadas seguintes.

Havia diferenças e semelhanças entre Cuba e Brasil, como o exemplo dos Babalaôs¹⁰, que no Brasil foram desaparecendo até sumirem por completo, no lugar os pais e mães de santo assumiram a chefia dos terreiros, onde os mitos tornaram-se presentes no cotidiano das congregações religiosas e nos rituais. Já em Cuba os Babalaôs não só permaneceram como vieram deles as fontes primárias usadas por pesquisadores das tradições afro-cubanas pois esses Babalaôs mantinham cadernos escritos com os Odus do Oráculo.

No Brasil, o orixá Orunmilá foi sendo esquecido aos poucos, ficando a cargo do orixá Exu a responsabilidade da prática do jogo de búzios, permanecendo os mitos como explicação

10 Sacerdote de Orunmilá; sacerdote do oráculo; adivinho. PRANDI, 2001. p. 564.

para a criação do Universo, atributos dos orixás, justificativa dos tabus¹¹, danças rituais etc. (PRANDI, 2001.p. 19).

Na África, cada orixá tinha seu culto restrito a uma determinada região e pouquíssimos eram cultuados em várias regiões, quando falamos da América (Brasil e Cuba), todos os orixás existentes são cultuados e conhecidos em todo o território nacional.

A maioria das divindades a que se refere este trabalho é conhecida em África e no continente americano, sendo alguns deles são cultuados na África e desconhecidos na América, há também aqueles que são cultuados na América mas foram esquecidos na África.

A passagem a seguir exemplifica melhor a visão de mundo do culto aos orixás:

Cada orixá pode ser cultuado segundo diferentes invocações, que no Brasil são chamadas qualidades e em Cuba, caminhos. Pode-se, por exemplo, cultuar uma Iemanjá jovem e guerreira, de nome Ogunté, uma outra velha e maternal, Iemanjá Sabá, entre outras. Assim, cada orixá se multiplica em vários, criando-se uma diversidade de devoções, cada qual com um repertório específico de ritos, cantos, danças, paramentos, cores, preferências alimentares, cujo sentido pode ser encontrado nos mitos.

Os Iorubás acreditam que homens e mulheres descendem dos orixás, não tendo, pois, uma origem única e comum, como no cristianismo. Cada um herda do orixá de que provém suas marcas e características, propensões e desejos, tudo como está relatado nos mitos. Os orixás vivem em luta uns com os outros, defendem governos e procuram ampliar seus domínios, valendo-se de todos os artifícios e artimanhas, da intriga dissimulada à guerra aberta e sangrenta, da conquista amorosa à traição. Os orixás alegram-se e sofrem, vencem e perdem, conquistam e são conquistados, amam e odeiam. Os humanos são apenas cópias esmaecidas dos orixás dos quais descendem. (PRANDI, 2001.p. 24).

4.4.1. A mitologia Ioruba – Início

Os Orixás são deuses, divindades criadas por Olodumare, Deus supremo. Em Cuba ele é chamado de Olofin. Os orixás receberam de Olodumare a responsabilidade de regerem algumas dimensões da vida humana, cuidando de alguns aspectos da natureza.

11 O significado de tabu geralmente se refere a uma proibição da prática de qualquer atividade social que seja moral, religiosa ou culturalmente reprovável. Dizer que algo é um tabu pode significar que é sagrado e por isso interdito qualquer contato. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tabu/> Acesso:21 dez.2019.

De acordo com os mitos, existiu um mensageiro chamado Exu que andava por todas as aldeias buscando solução para os problemas dos homens e dos orixás. Este mensageiro ouviu as histórias, os problemas que a todos afligiam e suas soluções. Humanos, deuses, animais e qualquer ser vivo que pairasse pelo mundo, tudo que dissesse respeito a vitórias e insucessos era de conhecimento de Exu. Tudo foi devidamente considerado, bem como sua resolução e o tipo de oferenda feita para o sucesso de tal empreitada. Sendo assim, Exu reuniu 301 histórias (no sistema de contagem dos Iorubas este número era inalcançável, quase como infinito), assim, Exu tinha em sua posse todos os elementos necessários para compreensão do mundo, bem como seus mistérios e segredos, reunindo o que fosse necessário para resolução de problemas, cura de moléstias do corpo e da mente etc. O conhecimento de Exu era infinito.

Esse conhecimento foi passado a Orunmilá (ou Ifá), que era um adivinho e possuía a capacidade oracular. Ifá passou seu conhecimento a seus seguidores, os chamados Sacerdotes do oráculo de Ifá, que são chamados de Babalaôs (pais do segredo).

Essas histórias se repetem todos os dias na vida das mulheres e dos homens pois a vida seria um ciclo, algo que se repete, ou seja, tudo já teria acontecido antes. Os mitos são divididos em 16 capítulos (Odus) subdivididos em 16 partes, que são decorados pelo Babalaôs para que eles identifiquem qual história está se repetindo na vida do consulente para que assim, ele possa achar a solução e indicar qual a oferenda a ser feita. Em Cuba essa prática ainda sobrevive com a orientação dos Babalaôs, mas no Brasil este personagem desapareceu, dando lugar aos pais e mães de santo no comando do jogo divinatório, sendo Orunmilá também esquecido, dando lugar ao orixá Exu no jogo de adivinhação.

Oxalá (ou Obatalá, Orixanlá e Oxalufã) foi responsável pela criação do mundo e dos seres humanos, responsável pela vida, é o senhor do ar e chamado de Grande Orixá, Orixá Nlá. É um orixá muito velho e respeitado nos terreiros.

Oxaguiã (Ajagunã) é o inventor do pilão e criador da vida social, rege o conflito entre os povos, sendo no Brasil considerado uma qualidade de Oxalá jovem e guerreiro.

Odudua criou a Terra e junto com Oraniã criou as cidades. Ele é o grande ancestral dos Iorubás. Na África há disputa de poder entre os seguidores de Obatalá e Odudua, mas no Brasil Odudua foi esquecido quase por completo ou confundido com um aspecto de Oxalá.

Juntos no panteão dos quase esquecidos estão Ajalá, incumbido de fabricar as cabeças dos humanos, sendo o responsável direto pela existência de destinos bons e ruins, e Ori, responsável pela individualidade de cada ser humano, divindade da cabeça.

4.4.2. Os Orixás: culto e características.

Exu (ou Legba, Bará e Eleguá) é o orixá que está presente sempre em todo lugar pois o culto aos outros orixás depende do culto a ele primeiro pois, ele é o mensageiro entre orixás e humanos, as oferendas só são feitas com o consentimento dele, ninguém vem a Terra sem sua permissão. Não há troca mercantil, movimento ou fecundação sem a influência de Exu, pois:

Na língua Iorubá, Exu significa “esfera”. É o princípio natural de tudo; é início, o ponto de partida, o nascimento, a força de criação. O equilíbrio negativo do Universo, sem se dar, neste caso, a conotação de maldade. Exu é o primeiro passo, a célula inicial de geração da vida. É o “ser”, aquele que gera o infinito, o primogênito. Senhor dos caminhos, aquele que dá passagem. (BARCELLOS, 2007. p.13)

Exu foi uma divindade deturpada pelos missionários europeus no continente africano que atuaram nas sociedades iorubás e lhe atribuíram um significado negativo. Não demorou muito para que ele fosse confundido com o diabo da mitologia cristã.

Elemento: Fogo (terra e ar também).

Ogum é o orixá guerreiro, domina o ferro e a metalurgia, senhor dos caminhos e da realização pessoal. Em um tempo remoto ele foi responsável pela caça, pesca e agricultura.

Em Iorubá significa luta, guerra. É a divindade da metalurgia, do aço, dos grandes caminhos. Orixá de grande força e poder; da manutenção da vida. Força dominadora e incontrolável, Ogum é o Senhor das guerras, dono das armas, Senhor dos exércitos, da força do sangue que corre nas veias. (BARCELLOS, 2007. p.16)

Elemento: Terra (ar e água também).

Oxóssi, ou Odé, junto com Erinlé, Ibualama, Logum Edén e Otim, são orixás caçadores, donos da vegetação e fauna, sendo responsáveis pela sobrevivência dos homens através do trabalho, pois no mundo antigo, a vida era muito ligada a natureza e sua conservação, prova disso é que o culto a Ocô (foi perdendo força no Brasil pois o Candomblé se alastrou nas cidades e não nas florestas).

O nome OXOSSE praticamente vem de uma flexão da palavra OXOWUSI, da lenda do caçador de uma flecha só, que conseguiu abater o pássaro gigante que ameaçava uma cidade e que fora mandado pelas feiticeiras YAMI OXORONGÁS. Oxosse é a divindade das lavouras, da arte de um modo geral. Orixá da fartura, dos excessos, da míngua (quando em seu lado negativo). Orixá da liberdade de expressão. Aquele que caça o AXÉ; o Deus da caça. (BARCELLOS, 2007. p.19).

Elemento: Terra.

Nanã e outros orixás receberam de Onilé (mãe Terra, senhora do planeta em que vivemos) atribuições e deveres de cuidar do mundo e das pessoas. Nanã é a guardiã do saber ancestral, considerada o orixá mais velho do panteão dos orixás da América. É dona da lama que fica no fundo dos lagos e que foi usada para modelar os seres humanos.

Todas as Nanãs são de origem da nação Jeje, da região do Dassazumê no Daomé (atual República do Benin). Mãe da Varíola, Senhora das tempestades. Divindade da lama e dos pântanos, dona do portal da vida e da morte. Orixá que rege, juntamente com Oxalá, a passagem dos seres encarnados para o outro lado, para outras vidas. (BARCELLOS, 2007. p.55)

Elemento: Terra.

Oxumarê é filho de Nanã, o arco-íris, Deus serpente da prosperidade de boas colheitas pois ele controla as chuvas e a fertilidade das terras.

Em Iorubá, traduzindo-se para o Português, quer dizer Arco-Íris. Esta divindade representa o arco-íris, a cobra sagrada de Dã. É o Senhor do dinheiro, das fortunas, da fartura de um modo geral. Orixá que proporciona a abundância, a fertilidade, a riqueza. (BARCELLOS, 2007. p.26)

Elemento: Ar.

Omulu, também chamado de Obaluaê, Xapanã e Sapatá, também é filho de Nanã. É o senhor das doenças, da peste, da Varíola, possuidor de seus segredos e de sua cura.

Em Iorubá, Obaluaê quer dizer, “Rei, Senhor da Terra” e Omulu, “Filho e Senhor”. É uma das mais importantes divindades do culto afro, pois está ligado à saúde. Orixá que gera o bom funcionamento do organismo; Deus das pestes e das moléstias e que tem o rosto coberto pelo filá, feito com palha-da-costa, pois ao humano é proibido ver seu rosto. (BARCELLOS, 2007. p.29)

Elemento: Terra.

Euá é o Orixá feminino das fontes, regente do solo sagrado onde repousam os mortos.

Ewá, Orixá que transforma a água líquida em gasosa, gerando as nuvens e a chuva. Divindade do canto, da alegria; Senhora das transformações orgânicas e inorgânicas; Deusa da mutação, as belas transformações; divindade de raro encanto e beleza. (BARCELLOS, 2007. p.53)

Elemento: Água/ar (ou fogo).

Iroco é a árvore centenária cuja copa é habitada por aves misteriosas e portadoras de feitiços e por isso, temidas. Seu culto no Brasil é quase inexistente.

Xangô é o patrono do culto aos Orixás no Brasil, dono do trovão e da justiça. Teria sido governante da cidade de Oió, que dominou grande parte das cidades Iorubás por um tempo bastante grande e, talvez por isso seja um Orixá com um culto bem marcante na África e no Brasil. São suas esposas: Obá, Oiá e Oxum.

É o rei da cidade de Oyó, na Nigéria: Deus da Justiça, Senhor das pedreiras, Deus do trovão. Orixá de grande sabedoria, que gera o poder da política. Xangô é o principal tronco dos candomblés do Brasil e dos mais cultuados e respeitados. (BARCELLOS, 2007. p.33)

Elemento: Fogo.

Oiá, ou Iansã é a soberana dos raios, do vento, da tempestade e da sensualidade feminina. É ela quem encaminha os espíritos dos mortos para o outro mundo.

Oyá é senhora da etnia Modumbi. Divindade que rege os ventos; senhora dos raios; mulher de Xangô. Orixá que domina os furacões e ciclones. Iansã é a Orixá do fogo, do calor; guerreira e regente das paixões. (BARCELLOS, 2007. p.38)

Elemento: Fogo.

Obá é a regente da correnteza dos rios e é responsável pela vida doméstica. “Uma das esposas de Xangô, divindade dos rios, das enchentes, das pedras das encostas. Orixá cultuada no Keto e no Jeje, de grande poder e sabedoria. Aquela que cortou a orelha para Xangô comer” (BARCELLOS, 2007. p. 51).

Elemento: Água/Terra.

Oxum é a dona das águas doces, preside a fertilidade, a vaidade e o amor.

“Deusa das águas doces, do Rio Oxum, na Nigéria. Senhora da beleza, do ouro; Orixá que rege a fecundação, que protege o feto, a criança em estado de gestação. Deusa do amor, da candura, da brisa fresca, da alegria, da fartura e da riqueza. (BARCELLOS, 2007. p.44)

Elemento: Água.

Iemanjá é a mãe dos deuses, dos homens e dos peixes, senhora dos mares, das grandes águas, rege o equilíbrio emocional e a loucura, é o Orixá mais conhecido no Brasil. Uma das mães primordiais, está presente nos mitos sobre a criação do mundo, assim Iemanjá é:

“Mãe D’água, rainha das ondas, Sereia do Mar. Iemanjá, mãe dos orixás, a senhora dos lares, que traz a paz e a harmonia para todas as famílias; Divindade das águas salgadas, dos mares e oceanos; Orixá que gera o movimento das águas; Deusa da pérola”. (BARCELLOS, 2007. p.48)

Iemanjá é a regente dos mares e oceanos, na África cabe a Olocum esse papel, que foi esquecido no Brasil e é pouco lembrado em Cuba.

Elemento: Água.

Os gêmeos Ibejis, são orixás crianças, regem a infância e fraternidade, a duplicidade do lado infantil dos adultos. São chamados de Vungi (Ibeiji),

É o Orixá Erê, criança. É divindade determinada para a regência da infância, até a adolescência. É um orixá raríssimo e pouco conhecido no Brasil. Há quem diga, nos meios do Candomblé, que os fundamentos desta Divindade estão perdidos neste país. São sempre gêmeos, duplos, sincretizados nos gêmeos Cosme e Damião e muitas vezes também em Crispim e Crispiniano. Orixá da alegria e da brincadeira infantil (BARCELLOS, 2007. p.62).

Elemento: Ar.

Ossaim possui o poder de cura das plantas, do poder dos remédios mágicos, cultuado no Brasil e em Cuba, porém, “a confraria africana dos Olossains, seus sacerdotes herboristas, não sobreviveu entre nós”. (PRANDI, 2001. p.23).

Orixá das Ewés, ou seja, das folhas. Divindade da Medicina, da cura pela Medicina, Senhor do conhecimento místico e curativo das ervas, Orixá das matas; o grande médico que nos permite o Axé, através das ervas que têm a sua regência. (BARCELLOS, 2007. p.24)

Na África os sacerdotes de Ossaim disputam com babalaôs de Orumilá o posto de curar pessoas, resolver problemas e curar os males que acabam com a saúde. Aqui o Brasil

Orunmilá foi esquecido, apesar de ser cultuado em Candomblés de Pernambuco e em terreiros que buscam as raízes africanas, já em Cuba é um dos Orixás mais importantes.

Orunmilá ou Ifá é o Orixá que detém o saber do oráculo, ele tem poder de saber o destino das pessoas e ensina como resolver os problemas.

Por fim, Oxalá faz parte do panteão da criação dos quais fazem parte os Orixás responsáveis pela criação do mundo e pela criação dos homens. Assim, Oxalá é o criador da humanidade, senhor absoluto do princípio da vida, do ar, da respiração.

Orixá da paz, do equilíbrio, da tranquilidade, da união. Senhor do branco, da pureza. Equilíbrio positivo do Universo. Assim como Exu é o princípio da vida, Oxalá é o princípio da morte, pois é pelas mãos deste Orixá, que somos levados, após a morte, para outras vidas. Oxalá é a divindade da boa-venturança, do fim pacífico de todos os seres humanos. Pai dos Orixás. (BARCELLOS, 2007. p.64)

Elemento: Ar.

4. 4.3. Uma visão religiosa do culto.

Para que este trabalho fique completo, não posso deixar de abordar o tema partindo da visão de mundo religiosa, pois as teorias acadêmicas são importantes, mas sem ter um embasamento também religioso, o trabalho não daria conta de elementos subjetivos fundamentais e tenderia a ficar superficial demais e minha intenção de mostrar a complexidade e riqueza da religião afro-brasileira não seria possível.

Diante disto tudo acima mencionado, utilizo um autor que não faz parte da academia, mas um estudioso e iniciado no Candomblé desde os 14 anos, Mário Cesar Duarte Barcellos, jornalista e advogado por formação, KITALAMIM, como é chamado dentro da religião, passou por vários níveis de iniciação, até ter sua casa de santo, o Palácio Azul de Ibulama ilê Axé Kitalamim.

De acordo com o autor e de acordo com as práticas religiosas, cada pessoa tem um regente, um orixá “de cabeça” que molda a personalidade do indivíduo. Através do Eledá

(linhagem de orixás), pode-se compreender melhor a características das pessoas, traçar um perfil e assim, pode-se começar a compreender melhor a resolução dos problemas dessa pessoa etc.

O Eledá é composto por 5 orixás, sendo os 4 primeiros chamados de “da cabeça” e o último é “de carrego”, assim, distribuídos respectivamente:

- 50% do dono da coroa (Orixá de cabeça)
- 25% do Ajuntó (o segundo Orixá)
- 15% do Eketá (o terceiro Orixá)
- 7% do Ekerim (o quarto Orixá)
- 3% do Orixá de Carrego. (BARCELLOS, 2007. p.10)

Somente o Babalorixá (pai de santo) ou a Ialorixá (mãe de santo) são aptos a fazer essa investigação, que leva em consideração muitos pontos para analisar, em especial as chamadas “qualidades”, que são “o encontro natural das forças, fundamentando uma com a outra” (BARCELLOS, 2007. p.10), ou seja, a qualidade é quando há a junção de uma característica de um orixá com a característica de outro orixá, como por exemplo:

“(…) Existem os orixás Exu, Ogum, Oxosse, Ossãe, Oxumarê, Obaluaê e Omulu, Xango, Iansã, Logum-Edê, Oxum, Ewá, Obá, Iemanjá, nanã, Tempo, Vungi e Oxalá, que são os mais conhecidos e cultuados no Brasil. Exemplificando como qualidade, OGUM-XOROQUÊ (Ogum com fundamento com Exu); OGUM-JÁ (Ogum com fundamento com Oxalá); XANGÔ-AIRÁ (Xangô com fundamento com Oxalá); IEMANJÁ OGUM TÉ (Iemanjá com fundamento em Ogum); OXUM APARÁ (Oxum com fundamento com Iansã), etc.” (BARCELLOS, 2007. p.10-11).

Todas essas qualidades formam a peculiaridade de cada pessoa e moldam as personalidades diversas dos filhos dos santos, os “omo orixás”. Apesar de haver variações nos comportamentos, o autor do livro afirma que essas variações não escapam muito do já esperado, pois como é afirmado, levando em consideração sua vasta experiência na religião,

estudando e analisando o comportamento das pessoas, não existe exceção à regra pois cada um age de acordo com sua regência, e ninguém pode trocar de orixá ou escolher o que mais gosta, se nasce sob a regência de um orixá e ficamos sob sua regência a vida toda. As qualidades moldam o lado positivo e o lado negativo (os orixás possuem essa dualidade).

Para entender corretamente como tudo é analisado e pesquisado, é necessária iniciação na religião pois, além de algo complexo, os grandes segredos não são revelados a quem não tem iniciação no Culto, mesmo sendo pesquisadores da área.

Para a iniciação, a condição de Abiã (iniciante) é o primeiro passo, depois vem a iniciação pelo Obori¹² até chegar na condição de “feito no santo”, onde há as categorias:

Yawo – Até três anos de feito no santo;

Vodunci – De três a sete anos de feito no santo;

Ebomi – De sete a 21 anos de feito no santo;

Tata de Inkice – Mais de vinte e um anos de feito no santo.

O espiritismo¹³ é dividido em linhas e tendências nada fáceis de estudar, e somente com uma pesquisa mais profundada, onde houvesse mais tempo hábil é que poderia dar conta de explicar toda a complexidade desses eventos, por hora, os dados apresentados aqui dão conta de uma fração sobre o que são as religiões de origem africana no Brasil.

12. BORI (alguns pronunciam BÔRÍ) — A palavra vem de bo + ori: adorar a cabeça, comida a cabeça; cerimônia através da qual a pessoa passa a ser consagrada aos Orixás. Oferenda à cabeça. Ritual no qual é cultuado o Ori (cabeça), o princípio da individualidade, considerado por muitos sacerdotes como a grande iniciação. Bori ou Bori significa “alimentar o Ori”, é uma cerimônia adepta também no candomblé e em Casas de Santo (orixá) de Nação (candomblé, Jejê, Nagô, Angola, etc..), onde nós homenageamos (alimentamos) um dos mais importantes Orixás. O Bori é feito em muitas situações, tais como: antes de qualquer grande oferenda ao nosso Orixá (incluindo iniciação), quando nos sentimos enfraquecidos — sem poder de concentração, confusos, quando os búzios nos dizem para que o façamos, etc. Disponível em: <https://www.juntosnocandomble.com.br/2009/08/bori-comida-cabeca-no-culto-orixa-do.html>. Acesso em: 08jan.2020.

13.As religiões de matriz africana se consideram seitas religiosas derivadas do Espiritismo, onde a Umbanda, o Kardecismo e o Candomblé se separam em linhas ou vertentes.

5. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.

5.1. Métodos utilizados na produção da atividade.

A pesquisa desenvolvida tem caráter qualitativo, uma vez que faz uma análise sobre a intolerância religiosa em ambiente escolar, ao mesmo tempo em que elabora atividade para contornar a situação, apresentando uma outra forma de ensinar e debater sobre religião de matriz africana, sendo uma atividade diferente ou mesmo complementar aos conteúdos ensinados em sala de aula. Segundo a autora Selva Guimarães Fonseca, o livro didático é a principal fonte de estudo dos estudantes brasileiros, porém, este material muitas vezes aparece com conteúdos e linguagem desconectados das vivências escolares e dos alunos, sendo assim:

O professor, no exercício cotidiano de seu ofício, incorpora noções, representações, linguagens do mundo vividos fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, na mídia etc. A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação em massa – rádio, TV, imprensa em geral –, literatura, cinema, tradição oral, monumentos, museus etc. (FONSECA, 2009. p. 164).

Elaborar novas técnicas de ensino é importante e faz parte de uma discussão metodológica que começou na década de 1980 com a abertura política do país, onde críticas ao modelo antigo começaram a ser feitas e novas formas de ensinar e compreender a disciplina História começaram a fazer parte do cotidiano de professores e pesquisadores.

Deste modo,

Ao incorporar diferentes linguagens no processo de ensino da História, reconhecemos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social, mas também a necessidade de (re)construirmos nosso conceito de ensino e aprendizagem. As metodologias de ensino, na atualidade, exigem permanentemente atualização, constante investigação e contínua incorporação de diferentes fontes em sala de aula. O professor não é mais aquele que apresenta um monólogo para alunos ordeiros e passivos que, por sua vez, “decoram” o conteúdo. Ele tem o privilégio de mediar as relações entre os sujeitos, o mundo e suas representações, e o conhecimento, pois as diversas linguagens expressam relações sociais, relações de trabalho e poder, identidades sociais, culturais, étnicas, religiosas, universos mentais

constitutivos da nossa realidade sócio-histórica. As linguagens são construtivas da memória social e coletiva. (FONSECA, 2009. p. 164).

As novas técnicas utilizadas neste trabalho têm por objetivo:

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos espaços e tempos, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais. (PCN, 1998. p. 43).

Além de:

Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da Democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades. (PCN, 1998. p. 43).

Portanto, concluo que esta atividade está em conformidade com as discussões pedagógicas e com os Parâmetros Curriculares Nacionais. No mais, acredito ser este trabalho ainda mais importante na medida em que pode abrir caminhos para que temas sensíveis à vida escolar sejam discutidos com clareza, ainda mais nestes últimos anos em que o Brasil se vê mergulhado em revisionismos, além do aumento significativo da intolerância e preconceitos no geral.

5.2. Fontes.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando obras de diversos autores, que falavam de reinos africanos, como é o caso da coleção da Unesco “História Geral da África”, e o livro “Mitologia dos Orixás”, de Reginaldo Prandi, contendo mitos transmitidos através da oralidade, transcritos, organizados e agrupados em uma edição onde não só os mitos são descritos, mas também um pouco da cultura Iorubá.

Como fonte Imprescindível, foi utilizada a obra “Os Orixás e a personalidade humana: quem somos? Como somos?”, de Mario Cesar Duarte Barcellos, autor que, apesar de ser advogado e jornalista, não faz parte da academia. Seu livro não é fruto de pesquisa

acadêmica, mas de vivências e pesquisas dentro da religião de matriz africana, o Candomblé, onde é iniciado.

5.3. Apresentação do trabalho ao público-alvo

A atividade foi elaborada para contribuir no processo de ensino-aprendizagem, apresentando uma de forma mais sutil, com a intenção de ajudar a ensinar o conteúdo de forma lúdica e prazerosa, para assim, facilitar a memorização e a dominação dos conteúdos pelos alunos. Percebi em minha prática docente que, ao usar de atividade uma atividade que seja lúdica, tais como brincadeiras ou o uso de imagens e linguagens que fogem a rotina de aulas expositivas, usando estratégias que estimulem o contato visual ou usem uma linguagem diferente e aproximada da realidade da sala de aula e do ambiente dos alunos, os estudantes absorvem os temas de forma mais eficaz e fica mais difícil de serem esquecidos por eles.

Não se trata de apenas tornar as aulas mais atraentes e menos chatas para os alunos para assim tornar o cotidiano escolar menos árduo para o professor, mas sim de uma forma de explorar os sentidos dos alunos para trabalharem novas potencialidades.

“É da brincadeira que nasce o hábito, e mesmo em sua forma mais rígida o hábito conserva até o fim alguns resíduos da brincadeira” (BENJAMIN, 1996. p. 253). Como no dito popular que o autor refere, o ato de brincar cria o hábito e através disso é que as tendências de comportamento se criam. As brincadeiras são algo inerente às crianças e jovens, mas, os adultos podem propor brinquedos e brincadeiras atuando, portanto, na formação de outras pessoas.

Partindo deste princípio, uma brincadeira, jogo ou qualquer outra forma de divertimento para os jovens são expressões de comportamentos e ideias repassadas dos mais velhos aos jovens, são um reflexo do modo de pensar e agir da sociedade. Portanto, podemos nos valer deste objetivo que os brinquedos e brincadeiras têm para atingir alguns objetivos pedagógicos, tais como ensinar sobre História, Geografia ou Literatura? Esta é uma forma de apresentar o tema, sendo uma alternativa às lacunas não preenchidas pelo material didático. O problema não será resolvido, mas cria-se uma forma de complementação. Fazendo a escolha em usar esse ou outro tipo de atividade estamos escolhendo que valores queremos abordar com os alunos.

6. ESTUDO DE CASO

6.1. Fundamentação da atividade – Introdução

Esta é uma atividade lúdica, que tem a intenção de ensinar sobre a cultura africana, ensinar sobre mitologia Iorubá para assim trabalhar em sala de aula as religiões de matriz africana que se desenvolveram no Brasil.

A atividade é um jogo de tabuleiro onde os jogadores estão em deslocamento, saindo da floresta para a savana. O objetivo é chegar ao final do percurso, ou seja, fazer o deslocamento, a migração.

O trabalho se faz importante pois apresenta a visão de mundo Iorubá para alunos, através do uso de cartas que apresentam as divindades mais conhecidas e cultuadas no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, pois o livro que utilizei como fonte para a elaboração do jogo é de autor residente na cidade do Rio de Janeiro e iniciado no Candomblé, praticante até os dias atuais, que chegou até mim através da indicação do Edson Filho, que atende pelo nome Homoloco, iniciado e ocupa a posição de zelador.

Ao transitar sobre os territórios de reinos e cidades africanas, os estudantes/jogadores serão apresentados a algumas de suas características e também às suas divindades, evidenciando assim certos fundamentos da religiosidade de matrizes africanas. Tal processo pretende apresentar aos alunos um pouco da diversidade cultural da África que não chega até nós nem através dos livros didáticos nem da escola, ausência que reforça um ensino padronizado ao estilo europeu, abrindo cada vez mais espaço para preconceitos no ambiente escolar.

6. 2. - O livro didático: Breve análise de material

A seguir, farei uma breve análise de dois tipos de livros didáticos. Um deles utilizei para lecionar quando trabalhei em regime de contrato temporário para o Estado do Rio de Janeiro. O segundo material são livros do Ensino Fundamental II, utilizados recentemente no município do Rio de Janeiro. Como não possuo material didático para este segmento, peguei o

material aqui usado emprestado em uma escola municipal. Apesar de a análise do material ser breve – pois não houve tempo hábil para aprofundar o debate – acredito ser importante fazer algum tipo de discussão sobre o material usado para alunos do Ensino Básico, de forma a ilustrar e exemplificar as questões levantadas com este trabalho.

O livro a seguir é adotado na rede Estadual de ensino, eu o utilizei nas escolas estaduais do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2016 quando trabalhei como professora contratada. Chamado Oficina de História 1, de Flavio de Campos e Regina Claro, 2003, Editora Leya, São Paulo, este livro foi usado no 1º ano do Ensino Médio. Ele aborda a história do continente africano de forma inadequada, encaixando-o no capítulo que fala sobre escravidão.

Figura 1 – Capa do livro didático



Figura 2 – Sumário do livro didático

Escravidão e escravismo, 249
Africa: os reinos e o tráfico negreiro, 250
Reino Achanti, 250
Reinos de Oyo, Benin e Daomé, 250
📖 Análise de imagem: Chefe guerreiro com séquito, 251
Reino do Kongo, 252
A Babel africana, 253
Um Outro Olhar, 254
📖 Verificação de leitura 2, 254
• Engenharia e Arte, 256 • Radar, 259
Quadros do capítulo
Hartolomé de las Casas: um crítico da escravidão indígena, 247
/ A costa africana e o tráfico de escravos, 249 / Os achanti e o trono de ouro, 250 / Escravidão em números, 252
CAPÍTULO 9 O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS, 237
1 A economia colonial, 238
Açúcar e escravidão, 239
A origem do açúcar, 239
A estrutura do engenho e o poder dos senhores, 239
O funcionamento de um engenho, 240
Outras atividades econômicas, 240
A pecuária, 240
Tabaco e algodão, 241
O Império atlântico, 241
Os judeus, 241
O pacto colonial e o mercantilismo, 242
Mercantilismo e protecionismo, 242
A burguesia ibérica, 242
O mercantilismo em outros Estados europeus, 242
📖 Tá ligado?, 243
📖 Tá na rede!, 243
📖 Verificação de leitura 1, 243
2 Inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, 244
Escravidão e a sociedade colonial, 244
Indígenas e africanos, 245
A escravidão e a política, 245
Castigos, 245
Doce inferno, 246
A Colônia purgatório, 246
Não tem mais Paraíso, 246
O inferno dos africanos, 247
Purgação dos pecados, 248
Os mestiços na sociedade colonial, 248
As formas de resistência do africano escravizado, 248
Os quilombos, 249

Outro exemplo é a coleção História.doc de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Bueno Calainho. A coleção é da editora Saraiva, 2018, São Paulo. Os livros didáticos de História adotados em turmas do Ensino Fundamental II nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Capa do livro didático



Figura 4 – Sumário do livro didático

6º ano	
Unidade 1	
A humanidade entra em cena	
Capítulo 1	Tempos e lugares da História
Capítulo 2	Na África, nossos antepassados
Capítulo 3	O povoamento do continente americano
Unidade 2	
Sociedades antigas do Mediterrâneo oriental	
Capítulo 4	Egito e Mesopotâmia
Capítulo 5	Hebreus, fenícios e persas
Unidade 3	
Sociedades antigas do Mediterrâneo ocidental	
Capítulo 6	O mundo grego
Capítulo 7	O mundo romano
Capítulo 8	A cultura greco-romana
Unidade 4	
A Idade Média: o Ocidente cristão, o Islã e a África	
Capítulo 9	Germanos e bizantinos
Capítulo 10	O feudalismo europeu
Capítulo 11	O Islã em expansão: África e Europa
Capítulo 12	Reinos ao sul do Saara

Na imagem vemos o índice do livro do 6º ano, dividido em 4 unidades, totalizando 12 capítulos.

O capítulo 2 “Na África, nossos antepassados” aborda questões pré históricas; O capítulo 4 trata do tema “Egito antigo”, tema clássico e quase obrigatório em todos os livros

didáticos que falam sobre antiguidade, somente no capítulo 12, o último, temos um capítulo que trata de alguns reinos no deserto do Saara.

O livro do 7º ano é dividido em 5 unidades e 12 capítulos. Os capítulos 9 e 10 falam do continente africano na época da escravidão. Apesar de abordar reinos africanos como os Iorubas e Haussás por exemplo, a ênfase dada é no advento da escravidão.

Figura 5 e 6 – Sumário do livro didático

7º ano	
Unidade 1 Mudanças no feudalismo e a expansão atlântica europeia	
Capítulo 1	Mudanças e crise da sociedade medieval
Capítulo 2	A Europa das navegações oceânicas
Unidade 2 Sociedades ameríndias e conquista europeia	
Capítulo 3	Impérios Asteca, Maia e Inca
Capítulo 4	A conquista da América
Capítulo 5	A sociedade tupinambá em Pindorama
Unidade 3 A modernidade no Ocidente europeu	
Capítulo 6	Renascimento e Humanismo
Capítulo 7	Reformas religiosas
Capítulo 8	Monarquias absolutistas
Unidade 4 América e África na modernidade	
Capítulo 9	Pirataria e colonização nas Américas
Capítulo 10	A África Centro-ocidental no tempo do tráfico de escravos
Capítulo 11	A África ocidental no tempo do tráfico de escravos – iorubas, fons, jejes e haussás

Unidade 5 América portuguesa	
Capítulo 12	Economia e sociedade na América portuguesa
Capítulo 13	Os holandeses no Brasil
Capítulo 14	Palmares, a guerra dos quilombos
Capítulo 15	Ouro e pedras preciosas no Brasil

Nas imagens abaixo vemos que os livros do 8º e 9º anos trazem a temática da África dentro do conteúdo que abordam a escravidão e guerras civis. Apesar de haver um currículo mínimo, o continente africano aparece, na maioria das vezes, somente como um local onde houve escravidão e onde há conflitos, ao passo que os temas relativos a cultura quase nunca sejam mencionados. Por esta razão elaborei o jogo Oló, na tentativa de sanar essa defasagem.

É importante que a atividade seja usada em todas as séries pois assim os alunos aprenderão sobre cultura e religiosidade em todos os anos do ensino básico, uma vez que nem sempre há tempo hábil para trabalhar todo o conteúdo dos livros, os professores optam por abordar temas que sejam cobrados em provas, tais como vestibulares e testes de admissão em escolas, logo, a parte cultural é deixada de lado em detrimento de assuntos com cunho social e político, então, uma atividade assim poderia sanar o problema da falta de abordagem sobre o assunto em um determinado ano ou escola.

Figuras 6, 7 e 8 – Sumários de livro didático

8º ano	
Unidade 1 A crise do Antigo Regime	
Capítulo 1	A Europa no tempo do Iluminismo
Capítulo 2	A Revolução Francesa
Capítulo 3	Revolução Industrial
Unidade 2 Américas independentes	
Capítulo 4	Movimentos de independência americanos
Capítulo 5	Rebeliões e conjurações no Brasil
Capítulo 6	A construção do Império do Brasil
Capítulo 7	Rebeliões no Brasil regencial
Unidade 3 Escravidão e liberdade	
Capítulo 8	A cafeicultura no Brasil escravista
Capítulo 9	Os Estados Unidos entre o liberalismo e a escravidão
Capítulo 10	Crise da escravidão e da monarquia no Brasil
Unidade 4 A burguesia domina o mundo	
Capítulo 11	Lutas dos trabalhadores
Capítulo 12	Nacionalismos em conflito na Europa
Capítulo 13	A partilha do mundo entre as nações industrializadas
Capítulo 14	Ciências e costumes na sociedade burguesa

9º ano	
Unidade 1 Guerra e revolução no início do século XX	
Capítulo 1	A Primeira Guerra Mundial
Capítulo 2	A Revolução Russa
Capítulo 3	A Primeira República brasileira
Unidade 2 Crises e guerras	
Capítulo 4	A Crise de 1929 e o <i>New Deal</i>
Capítulo 5	Ascensão do fascismo e do nazismo
Capítulo 6	A Segunda Guerra Mundial
Capítulo 7	Governo Vargas e reformas sociais no Brasil
Unidade 3 Nos tempos da Guerra Fria	
Capítulo 8	A Guerra Fria
Capítulo 9	Movimentos sociais na década de 1960
Capítulo 10	Movimentos de emancipação na África
Capítulo 11	Conflitos no Oriente Médio
Unidade 4 Nos tempos da Guerra Fria	
Capítulo 12	Argentina e Cuba: ditadura e revolução na América Latina
Capítulo 13	Democracia e desenvolvimentismo no Brasil (1946-1964)
Capítulo 14	A ditadura militar brasileira

6.3 – Explicando o jogo “OLÓ”

A começar pelo nome do jogo “Oló”, que em Iorubá¹⁴ significa “ir embora”. O nome foi escolhido pois a atividade se baseia no deslocamento do povo ioruba de uma região para outra, na migração destas pessoas da área da floresta para a savana ao longo dos séculos, portanto, o nome dialoga com a ideia de movimento e deslocamento.

O jogo é um tabuleiro feito com o mapa da África do século XII, com as cidades Iorubas em destaque, onde as casas do jogo fazem o jogador, um pertencente da civilização Ioruba, se deslocar da zona da floresta em direção à savana, processo que de fato se deu historicamente. É importante que o mapa do continente apareça no jogo, sobretudo antes da demarcação territorial feita pelos europeus quando da “partilha da África” pois é preciso que os alunos tenham um referencial visual de como era o território antes da interferência externa, assim, eles poderão perceber que aqueles povos têm uma história antes da chegada dos europeus ao continente e descobrir que a história da África não está atrelada à história de seus colonizadores.

O tabuleiro tem 70 casas, este número foi escolhido por ser importante na religião, uma vez que vários “santos” têm o número 7 como número cabalístico, um número de sorte, sendo que em algumas oferendas é necessário oferecer 7 itens de cada coisa. As casas em que há cartas com mensagens dos orixás também seguem a mesma lógica, na parte do tabuleiro onde há mensagem para o jogador, o número da casa condiz com o número regido pelo Orixá.

O caminho pelo tabuleiro foi expandido para uma área maior pois, como há muitas casas, não foi possível deixar o percurso somente na região dos Iorubas, porém, tive a preocupação de não se distanciar muito da área habitada pelas etnias Iorubás.

No percurso, há espaços no tabuleiro onde, se o jogador parar, terá que tirar uma carta e ler sua mensagem para que possa chegar ao fim jogo. As cartas trazem mensagens e instruções dos orixás para que os jogadores avancem no jogo e façam favores (oferendas) para prosseguirem no jogo. No verso de cada carta há um mito falando sobre seu orixá correspondente. Cada carta traz a mensagem específica necessária ao prosseguimento do jogo, além da imagem do Orixá, com suas cores e símbolos característicos.

14 Dicionário Iorubá. Disponível: <https://www.templodovaledosoledalua.org.br/pequeno-dicionario-yoruba-x-portugues/>.

O jogador deverá jogar um dado para andar no tabuleiro, além de jogar búzios para saber se tem o consentimento do Orixá para seguir com sua jogada. Os búzios são 16 pois essa é a quantidade de búzios que os pais de santo usam ao fazer o jogo adivinhatório.

As oferendas são frutas utilizadas nos pratos ofertados aos orixás em trabalhos feitos nos terreiros, de acordo com a lista de frutas preferidas dos Orixás que consta no livro “Os orixás e a personalidade humana: Quem somos, como somos” de Mário Cesar Duarte Barcellos. Para ter acesso às frutas que servem de oferta para os santos, o jogador as compra com moedas que são distribuídas a cada rodada.

Moedas: Utilizei a imagem dessas moedas pois elas têm aproximadamente mil anos, foram encontradas na Austrália, mas são africanas¹⁵, provando que as trocas comerciais não se restringiram somente a algumas cidades próximas. Escolhi essa imagem pois elas são do período aproximado que estou trabalhando e, além disso, ter a imagem de uma moeda africana mostra para os alunos que a África é um continente onde aconteciam grandes trocas comerciais, com moedas própria e não somente o escambo.

As imagens das moedas que aparecem no anexo com as outras partes do jogo não iguais a estas pois, ao elaborar este trabalho o Designer gráfico fez um trabalho simples somente para a apresentação do TCC, ficou combinado que caso o projeto fosse posto em prática, as imagens seriam elaboradas de forma mais detalhada.



A parte artística do trabalho foram feitas por um Designer profissional, mesclando imagens obtidas na internet e imagens elaboradas especificamente para este trabalho pois, minha intenção era fazer algo atrativo visualmente para captar a atenção dos alunos mais facilmente. Cada etapa da elaboração do jogo teve um custo, assim como sua impressão, por isso, foquei somente em fazer a parte digital e, futuramente, ter um protótipo.

15 Disponível em: <https://www.africanglobe.net/headlines/african-coins-australia-thought-1000-years/> Acesso: 10 Jan.2020.

Durante meses tive contato com pessoas que jogam RPG e participam de torneios, além de grupos que utilizam jogos de tabuleiro semanalmente. Com essas pessoas, tive a oportunidade de aprender sobre algumas regras básicas para conseguir elaborar as regras deste jogo, além de ter ideias para seguir em frente com o projeto. Descobri vários jogos interessantes, muitos deles tinham cunho histórico, ao menos alguns eram inspirados em eventos, porém, encontrei muitas inconsistências históricas. Espero que este trabalho não contenha imprecisões.

Procurei elaborar uma atividade bem simples para acompanhar a linha de raciocínios dos estudantes pois, me deparei com jogos superelaborados com duração de no mínimo 6 horas de jogo, por isso me esforcei para criar uma atividade que leve até uma hora para ser posta em prática, visto que um tempo de aula tem em média 50 minutos. Esta é uma atividade para ser usada em todas as séries do Ensino Fundamental II e Ensino Médio por dois motivos, um deles é que o conteúdo de Ensino da África deve ser trabalhado ao longo do Ensino Fundamental e Médio, conforme a lei 10.639/2003, Art. 26.A., o outro motivo é que o conteúdo de ensino de História da África é diluído para caber nos currículos mínimos, portanto, os temas relativos a religiosidade e cultura africana não são abordados em todos os anos, logo, com as informações trazidas na atividade, os alunos poderão ter contato com elas em todos os anos do ensino.

É também uma forma de diversificar o ensino, buscando novas práticas pedagógicas, entrando em conformidade com um dos objetivos do MEC ao elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de “tornar a multiplicidade de experiências pedagógicas dessas áreas em modos de renovação nas práticas pedagógicas”. p.05.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado para ser aplicado em sala de aula pois é importante ensinar os fundamentos da cultura africana e em particular a religião de matriz africana que não é tema abordado nas escolas, mesmo nas que oferecem ensino religioso em sua grade. Nem mesmo os livros didáticos lidam com o tema de forma específica, ficando somente na superficialidade, abordando os temas relativos a cultura e história africana rapidamente em capítulos que discutem escravidão, reforçando um esteriótipo de servidão e sofrimento do continente africano.

Para modificar esses vícios de pensamento, minha atividade foi elaborada de forma a ensinar conteúdo diversificado de forma lúdica e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de ainda não ter posto o projeto em prática, espero que com a conclusão do mesmo, algum professor de ensino básico queira utilizar o jogo com suas turmas ou tê-lo como inspiração para atividade semelhante, ou mesmo me ajudar e inspirar a usar estratégias diferentes para abordar a História da África, que não é bem explorado nos livros didáticos.

O trabalho apresentado abre espaço para que outros trabalhos possam ser elaborados, pesquisas sejam feitas, possibilitando várias formas de ensinar o conteúdo de História da África, a história de sua cultura, idioma, religião e expressões artísticas. A riqueza do tema permite uma infinidade de estratégias e linhas de pesquisa, pois com seus conteúdos amplos e complexos, surgem novos interesses e possibilidades de uso em sala de aula. Ao longo de minha pesquisa, surgiram novos temas de interesse e com eles, novas alternativas de trabalho começaram a ganhar forma, porém, o tempo de escrita do TCC não me permitiu explorar essas possibilidades, muito menos realizar novas pesquisas de outros temas maravilhosos que surgiram pelo caminho. A elaboração da atividade também sofreu com essa dificuldade, pois seria possível fazer um jogo mais elaborado, com mais elementos, ou até mesmo criar outras atividades que abordassem vários outros temas. Como o tempo e os recursos não permitiram, esses interesses e vontades deverão ressurgir em um outro momento, durante algum outro curso de pós – graduação e/ou nas vivências nas salas de aula que virão.

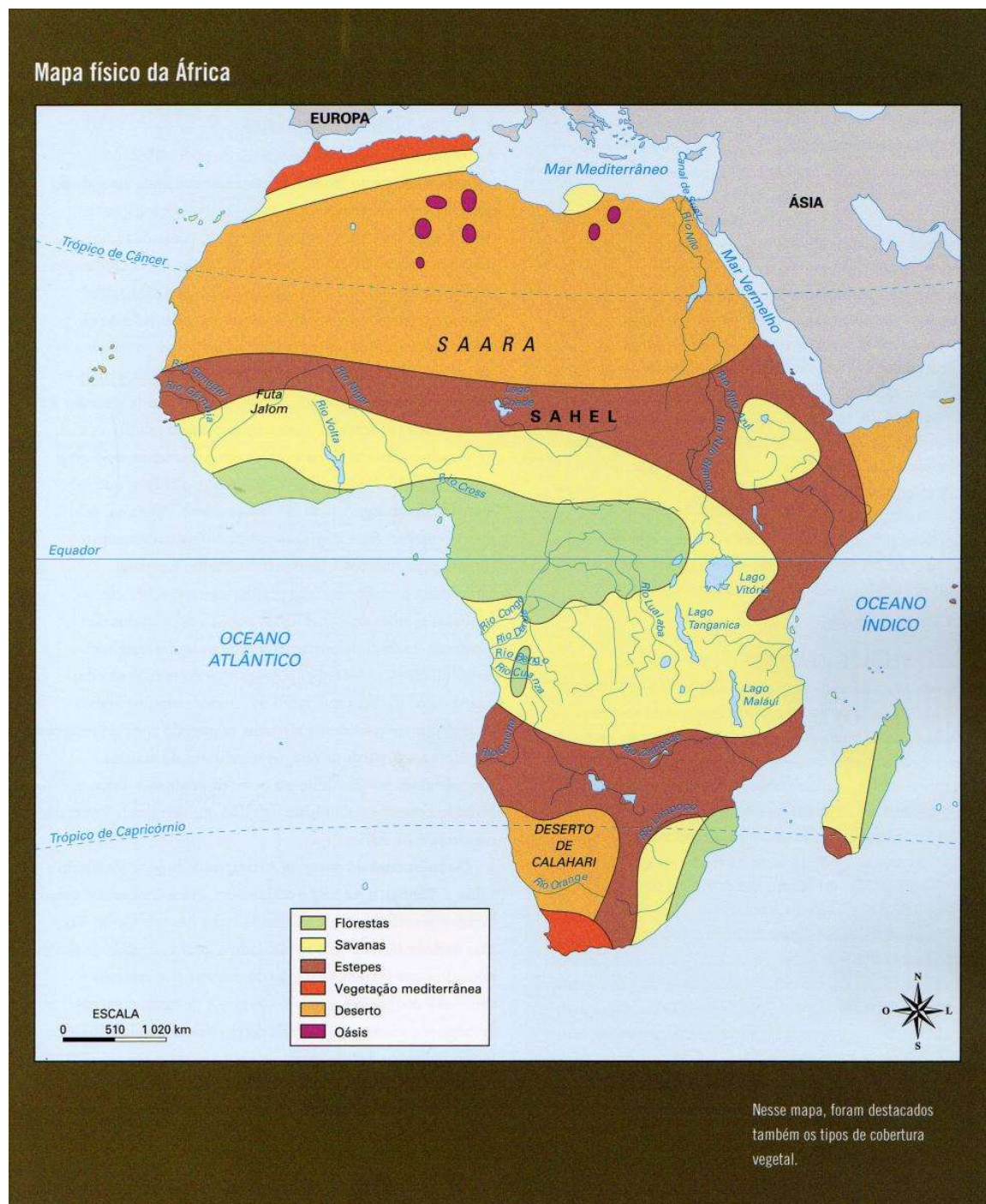
REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Mario Cesar Duarte. Os orixás e a personalidade humana: Quem somos, como somos. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- BRASIL, Secretaria De Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC/SEF, Brasília, 1998.
- CAPUTO, Stela Guedes. In: Discutindo discriminações; O Ensino Religioso. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Pallas, 2012.p.200 – 224.
- DE MELLO, Marina et al. África e Brasil africano. Editora Ática, 2006. p. 36-37.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CONSELHO PLENO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, Distrito Federal, 2004.
- Disponível em: <http://www.espmix.com.br/fundicao-por-cera-perdida/>. Acesso: 04 Dez. 2019.
- Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cera_perdida. Acesso: 04 Dez. 2019.
- Disponível em: <https://www.oabrij.org.br/noticias/comissao-cria-canal-denuncias-casos-intolerancia-religiosa>. Acesso: 07 Dez. 2019.
- Disponível em: <https://www.significados.com.br/tabu/> Acesso: 21 dez.2019.
- Disponível em: <https://www.juntosnocandomble.com.br/2009/08/bori-comida-cabeca-no-culto-orixa-do.html>. Acesso: 08/jan/2020.
- Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464> Acesso: 08 Jan.2020.
- Disponível em:<https://www.templodovaledosoledalua.org.br/pequeno-dicionario-yoruba-x-portugues/> .Acesso: 10/jan/2020.
- Disponível em: <https://africaemquestao.wordpress.com/2013/05/21/moedas-africanas-milenares-encontradas-na-australia-revelam-mais-sobre-a-antiga-relacao-entre-os-continentes/> Acesso: 10 Jan.2020.
- Disponível em: <http://brasilafrika.fflch.usp.br/node/281> Acesso: 11 Jan.2020.
- FONSECA, Selva Guimarães. Didáticas e práticas de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados. Papirus, 2009, Campinas, São Paulo.
- MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. Global Editora, 2009. 64-67
- LOPES, Nei. Bantos, malês e identidade negra. Editora Autentica, 2007. p. 27-30.
- PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

RYDER, Allan Frederick Charles. Do rio Volta aos Camarões. NIANE, DT História Geral da África. África do século XII ao XVI, v. 4, 2010.p. 387-403.

WALTER, Benjamin. Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre Literatura e história da cultura. Brasiliense, 1996, São Paulo.

ANEXO



Mapa 1. Usado como referencial para o tabuleiro.

Disponível em: <http://brasilafrika.fflch.usp.br/node/281> Acesso: 11 Jan.2020.